

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL EM ANÁLISE: formação para o mundo do trabalho à luz da perspectiva do currículo integrado

Kamilla Assis Tavares

<https://orcid.org/0000-0003-3060-0640>

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituição Associada: Instituto Federal Goiano (IF Goiano)

kamillaassis@hotmail.com

Marcos Fernandes-Sobrinho

<https://orcid.org/0000-0002-7563-6914>

Doutor em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade de Brasília (UnB), Físico (UFU), Bacharel em Administração (FAAB) e Bacharelado em Direito (UEG), Brasil. Docente credenciado no PPGEnEB/IFGoiano, no ProfEPT/IFGoiano e no PPGGO/UFGR-RC/UF-Cat. Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e da Universidade Federal de Catalão (UF-Cat)

marcos.sbf@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Kamilla Assis Tavares y Marcos Fernandes-Sobrinho (2020): "Projeto Político Pedagógico Institucional em análise: formação para o mundo do trabalho à luz da perspectiva do currículo integrado", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, ISSN: 1988-7833, (agosto 2020). En línea: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/08/curriculo-integrado.html>

Resumo

O campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um local de disputas entre duas visões, a mercadológica e a formação omnilateral. O objetivo deste estudo é analisar se o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) de uma instituição pública de ensino localizada na Região Centro-Oeste do Brasil privilegia a formação de mão-de-obra para os setores produtivos ou a educação de jovens para o mundo do trabalho, no contexto do currículo integrado. A pesquisa, de abordagem qualitativa e análise documental do PPPI, é embasada pelos teóricos Saviani (1989, 2003, 2007), Ciavatta (2012), Machado (1991) e outros. Como resultados, a análise sinaliza que o PPPI da instituição orienta uma formação pautada pelos pilares da formação emancipadora, por meio da indissociabilidade entre trabalho, educação, ciência e tecnologia.

Palavras chave: Currículo integrado. Formação emancipadora. Ensino Médio Integrado. Ensino Técnico. Educação profissional e tecnológica.

PROYECTO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL EN ANÁLISIS: formación para el mundo del trabajo a la luz de la perspectiva del currículum integrado

Resumen

El campo de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) es un lugar de disputas entre dos puntos de vista, el mercado y la formación omnilateral. El objetivo de este estudio es analizar si el Proyecto Institucional de Pedagogía Política (PPPI) de una institución educativa pública ubicada en la Región del

Medio Oeste de Brasil favorece la capacitación laboral para los sectores productivos o la educación de los jóvenes para el mundo. en el contexto del currículum integrado. La investigación, con un enfoque cualitativo y análisis documental del PPPI, cuenta con el apoyo de los teóricos Saviani (1989, 2003, 2007), Ciavatta (2012), Machado (1991) y otros. Como resultado, el análisis indica que el PPPI de la institución guía la capacitación basada en los pilares de la capacitación emancipadora, a través de la inseparabilidad del trabajo, la educación, la ciencia y la tecnología.

Palabras clave: Currículum integrado. Formación emancipadora. Escuela secundaria integrada. Educación técnica. Educación profesional y tecnológica.

INSTITUTIONAL PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT IN ANALYSIS: training for the world of work in the light of the perspective of the integrated curriculum

Abstract

The field of Professional and Technological Education (EFA) is a place of disputes between two views, the marketing and omnilateral training. The objective of this study is to analyze whether the Institutional Pedagogical Political Project (PPPI) of a public educational institution located in the Midwest Region of Brazil favors the training of labor for the productive sectors or the education of young people for the world in the context of the integrated curriculum. The research, with a qualitative approach and documentary analysis of the PPPI, is supported by theorists Saviani (1989, 2003, 2007), Ciavatta (2012), Machado (1991) and others. As a result, the analysis indicates that the institution's PPPI guides training based on the pillars of emancipatory training, through the inseparability of work, education, science and technology. Keywords: Integrated curriculum. Emancipatory formation. Integrated High School. Technical education. Professional and technological education.

INTRODUÇÃO

A EPT é um campo de disputas entre a visão mercadológica e a emancipadora. Perpassando por uma dualidade construída historicamente, que aparta formação de trabalhadores de formação de dirigentes, a proposta de Ensino Médio Integrado (EMI) à formação técnica foi criada, justamente para diminuir esse distanciamento. A ideia é “uma formação voltada para a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica (para os filhos da classe operária) versus formação acadêmica para os filhos da elite econômica” (Brasil, 2007, p. 25).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) foram criados pela Lei nº 11.892/2008. Eles têm como prioridade de atuação a oferta da educação profissional integrada a educação básica. A concepção de um currículo integrado, proposta vislumbrada pelos IF, deve “[...] promover o pensamento crítico sobre os códigos de cultura manifestados pelos grupos sociais ao longo da história [...]” (Moura & Pinheiro, 2009, p. 95), buscando democratizar o acesso da classe trabalhadora aos conhecimentos produzidos pela sociedade, como uma proposta de travessia para se chegar, de fato, à politecnicidade.

O objetivo deste estudo é analisar se o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) de uma instituição pública de ensino localizada na Região Centro-Oeste do Brasil privilegia a formação de mão-de-obra para os setores produtivos ou a educação de jovens para o mundo do trabalho, no contexto do currículo integrado. Para isso, procurou responder se esta proposta está alinhada a qual campo de disputa.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada análise documental do PPPI deste IF, divulgado em 2018. A análise ocorreu mediante o levantamento de categorias definidas *a priori*, orientadas pela análise de conteúdo, sistematizada por Bardin (2016). Nesse sentido, a análise documental configura-se como uma das técnicas da análise de conteúdo (Fernandes-Sobrinho, 2016). Assim, o material passou por diferentes etapas de análise, conforme sugere Bardin (2016): 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretações. A pré-análise tratou-se do primeiro contato com o material colhido; a escolha dos documentos ou o *corpus* de análise e, em seguida, passou-se à interpretação dos dados. Iniciou-se, então, a exploração do material, que consistiu da construção das operações de codificação de acordo com Bardin (2016) como a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo.

Entre os critérios de categorização sugeridos por Bardin (2016) – sintático, léxico, semântico, outros – optou-se pelo semântico, a exemplo do que Fernandes-Sobrinho, Ramos e Santos (2016), além de Fernandes-Sobrinho e Santos (2014) assim o fizeram, mediante justificativa. As categorias encontram-se na Tabela 1, e emergiram dos dados da pesquisa sob a luz do referencial teórico que discute as pesquisas no campo da formação integrada, do currículo integrado e sua relação com o mundo do trabalho, como Saviani (1989, 2003, 2007), Ciavatta (2012), Machado (1991) e Frigotto e Ciavatta (2011) e outros. Com esse aporte, buscou-se compreender como a instituição em análise se posiciona dentro do campo de disputas em que a EPT está inserida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trabalho e educação possuem uma relação intrínseca. Para Saviani (2007), por meio do trabalho o ser humano modifica a natureza de acordo com suas necessidades, portanto, a essência humana é o trabalho. Para aprender a transformar a natureza, é necessário que haja um processo educativo, o que Saviani (2007) denomina de fundamento histórico-ontológico da relação educação-trabalho. Para esse autor, todos deveriam aprender, desde a infância, que todos os seres humanos devem trabalhar, entendendo que ninguém deva sobreviver explorando o trabalho alheio. Isso implica no trabalho como princípio educativo e na relação intrínseca entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Ao ignorar a relação do trabalho como princípio educativo, há a perpetuação da divisão da sociedade em classes e, por conseguinte, a divisão também da educação. Isso é percebido em uma sociedade que valoriza educação propedêutica e menospreza educação para formação de trabalhadores, valoriza atividades intelectuais e deprecia atividades manuais (Nosella & Azevedo, 2012).

Essa dualidade é apontada por Fernandes-Sobrinho (2016), o qual afirma que “o Ensino Médio (EM) se apresentava, no alvorecer do século XX, intensamente marcado por uma organização curricular de educação cujo ensino se voltava, por um lado, às elites, por outro, às classes menos abastadas” (Fernandes-Sobrinho, 2016, p. 34). A educação para o trabalho é apresentada de forma adestradora, enquanto a formação dos conhecimentos científicos é apresentada para a formação de dirigentes, a elite.

O EMI no Brasil surge como uma travessia à superação dessa dicotomia. Ao integrar a educação básica ao ensino técnico, por meio do Decreto nº 5.154/2004, o EMI buscou a integração como um caminho a se chegar à escola unitária, de formação omnilateral, com uma educação que propicie a formação emancipadora e integral, que abarque trabalho, educação, ciência e tecnologia, com a pretensão de minimizar a dicotomia existente na educação brasileira.

O referido decreto anulou o Decreto anterior, de número 2.208/1997, que separou, obrigatoriamente, educação básica e ensino profissional. Posterior ao Decreto nº 5.154/2004, o governo promulgou a Lei nº 11.892/2008 que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, a qual incluía os Institutos Federais (IF). Por esta Lei, os IF são direcionados a dedicarem 50% de suas vagas ao ensino integrado.

Nesse sentido, Ciavatta (2012) afirma que, a formação integrada “sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional” (Ciavatta, 2012, p. 85). Portanto, a proposta do EMI nos IF coloca a educação em um patamar de formação para além do ingresso no ensino superior por meio de vestibular, e além da formação adestradora de mão-de-obra para suprir as demandas do mercado. Por meio do trabalho como princípio educativo, busca a formação completa de sujeitos, capazes de se reconhecerem na totalidade e intervir na sociedade em que estão inseridos, modificando-a de forma a ser mais justa e igualitária.

Essa integração curricular não é o mesmo que a simples união nas matrizes dos cursos. Não se reduz à junção de disciplinas consideradas de conhecimento geral e de conhecimento específico. Implica, antes, um posicionamento da instituição sobre qual projeto de sociedade ele se guiará para a formação de seus sujeitos. Se, se guiará por um projeto de sociedade hegemônico, seguindo às demandas do mercado, ou contra-hegemônico, seguindo às demandas da dimensão humana para inserção de forma autônoma no mundo do trabalho.

Mundo do trabalho não refere-se exclusivamente a emprego, mas relaciona-se ao sentido da luta permanente do homem pela transformação da natureza, portanto inclui, necessariamente, as atividades produtivas e de criação cultural (Ciavatta, 2012). Então, tem-se a diferenciação entre formação para o mercado de trabalho e formação para o mundo do trabalho. Formar para o mercado busca atender as necessidades imediatas do capital no modo de produção capitalista e formar para o mundo do trabalho é a formação integral, tendo em vista um projeto de sociedade contra-hegemônico.

Para compreender a qual projeto societário esta instituição está alinhada, utilizando as categorias definidas *a priori*, conforme Bardin (2011), por meio de leituras acerca do tema, buscou-se a incidência dessas categorias no PPPI da instituição e em qual contexto estavam posicionadas. São elas: currículo integrado/educação integrada/formação integrada; omnilateral; politecnicidade e educação tecnológica, conforme demonstradas na tabela a seguir.

Tabela 1 - Ocorrência das categorias no PPPI

Categorias	PPPI
Currículo integrado/educação integrada/Formação integrada	11
Omnilateral	4
Politecnia/Politécnico/Politécnica	0
Educação tecnológica	1

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa

A categoria “Currículo integrado” no PPPI está presente nos princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas como posicionamento institucional. Consta também como elemento norteador no campo das diretrizes curriculares para a educação profissional técnica, de nível médio. Além disso, é colocado como discussão necessária em disciplinas dos cursos de licenciatura, como indicativo de adequação às demandas da educação básica. Educação integrada e formação integrada aparecem como reconstrução de práticas educacionais avançadas e emancipatórias e também nos princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas, como concepção teórica fundamentada em uma opção política.

Os termos constam também nos princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas, a respeito da integração trabalho e cultura para a inserção dos jovens no mundo do trabalho, de forma que sejam capazes de reconhecer as contradições existentes e poder transformá-las. Estão presentes nas diretrizes para a oferta de cursos técnicos de nível médio na forma integrada ao ensino médio promovendo atividades interdisciplinares. Também constam nas ações de acompanhamento em observação às diretrizes pedagógicas, como a constituição de fóruns permanentes nos campus para discussão e promoção da formação integrada. Ainda no envolvimento da pesquisa com a extensão, os termos estão presentes como obrigatoriedade da presença de uma ação de extensão ou ensino nos projetos de pesquisa, tendo como objetivo à formação integrada.

A concepção de currículo integrado é destacada por Moura e Pinheiro (2009), no qual há articulação indissociável dos eixos do trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Para isso,

a formulação do currículo, para a ação integrada e integral, precisa ir além de proporcionar o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos e acumulados pela humanidade. Precisa promover o pensamento crítico sobre os códigos de cultura manifestados pelos grupos sociais ao longo da história, como forma de compreender as concepções, os problemas, as crises e os potenciais de uma sociedade, e, a partir daí, contribuir para a construção, de novos padrões, de trabalho, de produção de conhecimento, de ciência e de tecnologia, voltados para os interesses sociais e coletivos. (p. 95).

Assim, o currículo integrado possui, em sua base, a compreensão da totalidade dos saberes, superando a dicotomia entre formação intelectual e educação técnica, com saber fragmentado, alienado e vinculado estritamente às necessidades do mercado de trabalho. Esta forma de organização do currículo é pensada em uma perspectiva global do conhecimento, rompendo com a visão fragmentada do conhecimento e com as barreiras artificiais criadas entre as disciplinas escolares. Currículo integrado é definido, de forma oficial, como o caminho pedagógico a ser seguido pela Instituição.

Outra categoria a ser discutida é “omnilateral”. Presente 4 vezes no PPPI, omnilateral se apresenta como opção política pela instituição. Está presente nos princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas, pressupondo articulação entre educação, cultura, arte, ciência e tecnologia. Além disso, ao longo do documento, a instituição se posiciona em favor de um currículo integrado na perspectiva omnilateral em todos os níveis e modalidades nos cursos da instituição e como uma diretriz para a oferta da educação profissional técnica de nível médio.

Para Frigotto e Ciavatta (2011), a formação omnilateral refere-se a educação “no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica” (Frigotto & Ciavatta, 2011, p. 626). Portanto, ao se posicionar em seu documento institucional, a instituição se manifesta a favor da formação que emancipe os cidadãos, orientando o processo de ensino-aprendizagem em consonância com a dimensão humana e interesses da classe trabalhadora.

Outra categoria refere-se a politecnia. Politecnia é “[...] o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Diz respeito aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho” (Saviani, 1989, p. 17). Portanto, politecnia refere-se a educação que garanta o domínio dos princípios e fundamentos do trabalho, possibilitando ao trabalhador a exercer e se posicionar em diferentes modalidades de trabalho, compreendendo todas as suas implicações sociais e econômicas. A partir disso, o trabalhador não é formado para se encaixar em função pré-determinada no mercado de trabalho, mas será capaz de se posicionar no mundo do trabalho, de forma consciente e autônoma.

Politecnia está ausente no documento analisado. Por ser um termo caro à formação contra-hegemônica, acredita-se que sua ausência seja um prejuízo para o posicionamento da instituição acerca de qual projeto de educação e de sociedade pretenda se construir.

Machado (1991) discute a respeito do significado de politecnicidade e do ensino politécnico. Politecnicidade

Vem do grego *tecnia* e significa construção. *Poli* é realmente isso, várias, múltiplas. Quando utilizamos a expressão ensino politécnico, estamos adjetivando a palavra ensino. É um ensino que tem por objetivo permitir um processo amplo, de múltiplas construções; é um ensino que permite formar o homem em múltiplas dimensões (p. 54).

O ensino politécnico, portanto, é aquele que possibilita formação de sujeitos com amplo desenvolvimento de suas potencialidades, em todas as dimensões, seja cultural, intelectual, física ou outra.

A categoria “educação tecnológica”, também cara à educação contra-hegemônica, é apresentada apenas 1 vez, evidenciada apenas no nome da instituição, anterior ao IF, que era Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO). Machado (1991) também propõe significado à educação tecnológica, “[...] como estudo das técnicas, o estudo teórico-prático, das técnicas, quer dizer, uma visão teórica das técnicas, uma compreensão do fenômeno tecnologia [...]” (Machado, 1991, p. 55). Portanto, educação tecnológica é a formação que envolve o estudo da tecnologia, que compreende a transformação da natureza pelo homem, a partir de suas necessidades, instrumentos e interação com outros homens.

Saviani (2003) propõe diferença entre “educação politécnica” e “educação tecnológica”. O educador aponta que, pela distinção filológica, “educação tecnológica” englobaria melhor as ideias postuladas por Karl Marx do que “educação politécnica”. Não obstante, esta remete automaticamente aos ideais socialistas ao passo que aquela alude aos ideais burgueses. Por isso, a preferência em se utilizar de “educação politécnica” para demarcar e não deixar dúvidas sobre qual tipo de formação está se dirigindo.

Um curso profissional integrado à educação básica, não necessariamente, tem em seu desenvolvimento características de uma formação que contribua para a emancipação de seus estudantes. Também não significa, automaticamente, que seus egressos sejam capazes de se posicionarem e contribuir para a transformação da realidade em que vivem, em prol dos interesses e necessidades do coletivo. No entanto, após fazer a análise dessas categorias definidas *a priori*, percebe-se que a formação técnica integrada neste IF aponta em direção a um projeto societário contra-hegemônico, tendo em vista o alcance de uma formação mais participativa, que aproxime mais os sujeitos da autonomia em relação à sociedade da qual fazem parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto traz resultados de um estudo que teve por objetivo analisar se o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) de uma instituição pública de ensino, localizada na região centro-oeste do Brasil privilegia a formação de mão-de-obra para os setores produtivos ou a educação de jovens para o mundo do trabalho, no contexto do currículo integrado. Tendo em vista uma sociedade igualitária e justa, a busca por uma educação politécnica é um caminho árduo, mas fundamental e o EMI ao ensino técnico representa uma travessia para se alcançar esta finalidade. A formação do EMI pretende possibilitar ao egresso a continuidade da formação acadêmica, mas além disso, busca possibilitar sua inserção no mundo do trabalho de forma mais emancipadora e integral, formando jovens conscientes e críticos de sua realidade.

Assim, em relação ao campo de disputa da EPT, esta instituição aponta para o caminho da formação contra-hegemônica, omnilateral, pautada pelos pilares da formação emancipadora. Alinha-se também à oferta de educação pública, gratuita e de qualidade para os jovens da classe trabalhadora.

APOIO E AGRADECIMENTOS

Instituto Federal Goiano

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardin, Laurence. (2016). *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.

Brasil. (1997). [Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997]. *Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm.

Brasil. (2008). [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008]. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm.

- Brasil. (2004). [Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004]. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm.
- Brasil. (2007). *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*: Documento Base. Brasília, DF. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf.
- Ciavatta, Maria. (2012). A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: Frigotto, Gaudêncio & Ciavatta, Maria & Ramos, Marise (orgs.). *Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições* (3a ed., pp. 83-106). São Paulo: Cortez.
- Fernandes-Sobrinho, Marcos. (2016). *Temas sociocientíficos no Enem e no Livro Didático: limitações e possibilidades para o ensino de Física*. Tese de Doutorado em Educação em Ciências e Matemática, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Recuperado de: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21065/1/2016_MarcosFernandesSobrinho.pdf.
- Fernandes-Sobrinho, M., Ramos, T. C., & Santos, W. L. P. dos. (2016). Temas sociocientíficos (des)velados no Enem: potencialidades à ampliação de fontes e de gêneros textuais ao ensino de Física. *Indagatio Didactica*, 8(1), 514–533. Recuperado de: <https://proa.ua.pt/index.php/id/article/view/3361>.
- Fernandes-Sobrinho, M.; Santos, W. L. P. dos. (2014). Inserções da interdisciplinaridade e contextualização em itens do Enem/2013 com potencial ao enfoque CTS. *Uni-pluri* (Medellin), v. 14, p. 94-101, 2014. Recuperado de: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/unip/article/view/21343/17743>.
- Frigotto, Gaudêncio & Ciavatta, Maria. (2011). Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. *Educ. Soc.*, 32(116), pp. 619-638. Campinas, SP, Brasil. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000300002>. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a02v32n116.pdf>.
- Machado, Lucília de Souza. (1991). Politecnia no ensino de segundo grau. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Básica. *Politecnia no ensino médio*. Cadernos SENEb, 5, pp. 51-64. Brasília: SENEb; São Paulo: Cortez.

- Moura, Dante Henrique & Pinheiro, Rosa Aparecida. (2009). Currículo e formação humana no ensino médio técnico integrado de jovens e adultos. *Em Aberto*, 22(82), pp. 91-108. Brasília, DF, Brasil. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.22i82.%25p>. Recuperado de: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2450/2188>.
- Nosella, Paolo & Azevedo, Mário Luiz Neves de. (2012). A Educação em Gramsci. *Teoria e Prática da Educação*, 15(2), pp. 25-33. Maringá, PR, Brasil. DOI: <https://doi.org/10.4025/tpe.v15i2.20180>. Recuperado de: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/20180>.
- Saviani, Dermeval. (1989). *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: FIOCRUZ/Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio.
- Saviani, Dermeval. (2003). O choque teórico da politecnia. *Trab. educ. saúde*, 1(1), pp.131-152. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>.
- Saviani, Dermeval. (2007). Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, 12(34), pp. 152-180. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>.